

*Institutos fundamentais  
de direito processual civil  
e o constitucionalismo  
democrático brasileiro*

*Geraldo da Silva Vieira*

*Samantha Caroline Ferreira Moreira*

Conforme novo CPC lei 13.105/15

Abordagem sobre:

O Código de Processo Civil no  
âmbito do Direito Empresarial

Tutelas de urgência

Cooperação e efetividade processual



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.  
 Copyright © 2018, Geraldo da Silva Vieira.  
 Copyright © 2018, Samantha Caroline Ferreira Moreira.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Leticia Robini*

**Diagramação**  
*Leticia Robini*

**Editora D'Plácido**  
 Av. Brasil, 1843, Savassi  
 Belo Horizonte – MG  
 Tel.: 31 3261 2801  
 CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
 Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
 por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
 do Grupo D'Plácido.

### Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

VIEIRA, Geraldo da Silva; MOREIRA, Samantha Caroline Ferreira

Institutos fundamentais de direito processual civil e o constitucionalismo  
 democrático brasileiro -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.  
 ISBN: 978-85-8425-990-8

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

CDU347.9

CDD341.46

GRUPO  
**D'PLÁCIDO**



**\* Rodapé**



11 161

## Sumário

<b><i>Lista de abreviaturas e siglas</i></b>	<b>17</b>
<b><i>Prefácio</i></b>	<b>19</b>
<b><i>Introdução</i></b>	<b>21</b>
<b><i>I. Panorama das normas gerais e princípios do novo Código de Processo Civil brasileiro</i></b>	<b>25</b>
1. Introdução	25
2. A prestação jurisdicional e o acesso à justiça como garantias constitucionais	26
3. A efetividade e celeridade à luz do Código de Processo Civil	31
3.1. Panorama das novas normas gerais do Código de Processo Civil Brasileiro	31
4. Os princípios do novo Código de Processo Civil	35
4.1. Princípio da efetividade processual	37
4.2. Princípio da boa-fé processual	38
4.3. Princípio da cooperação	39
4.4. Princípio do autorregramento da vontade	40
4.5. Princípio da eficiência	42

4.6. Princípio da primazia da decisão de mérito . . . . .	43
5. Considerações finais . . . . .	44
Referências . . . . .	45
 <b>2. A exigência de cooperação e lealdade das partes: apontamentos das inovações no Código de Processo Civil</b> . . . . .	<b>51</b>
1. Introdução . . . . .	51
2. A postura processual das partes e o incentivo à conciliação no CPC/2015 . . . . .	52
2.1. Breve abordagem dos métodos extrajudiciais de resolução de conflito . . . . .	54
3. A exigência de cooperação das partes no Código de Processo Civil . . . . .	55
4. Considerações finais . . . . .	64
Referências . . . . .	65
 <b>3. A efetividade da prestação jurisdicional à luz do novo Código de Processo Civil e da Análise Econômica do Direito</b> . . . . .	<b>71</b>
1. Introdução . . . . .	71
2. O Código de Processo Civil brasileiro e a busca pela eficiência da prestação jurisdicional . . . . .	73
2.1. Breves considerações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas no CPC/2015 . . . . .	76
3. Breve histórico e conceito da Análise Econômica do Direito . . . . .	79
4. Apontamentos sobre dados da morosidade dos julgamentos no âmbito da justiça estadual . . . . .	82
4.1. Apontamentos sobre a estrutura do judiciário e o incentivo ao litígio através da assistência judiciária gratuita . . . . .	83

5. Considerações finais .....	87
Referências .....	88

#### **4. Os impactos do novo Código de Processo**

<b><i>Civil no âmbito do direito empresarial</i></b> .....	<b>97</b>
1. Introdução .....	97
2. A empresa e sua importância para o desenvolvimento econômico .....	99
2.1. Apontamentos sobre as garantias constitucionais da livre iniciativa e ordem econômica e sua importância para as empresas .....	102
3. O Código de Processo Civil e seus impactos no âmbito do direito empresarial .....	104
3.1. Considerações sobre as alterações da dissolução total e parcial da sociedade do Código de Processo Civil/2015 .....	105
4. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica à luz do Código de Processo Civil .....	107
4.1. Os procedimentos do Incidente da Desconconsideração da Personalidade Jurídica no CPC .....	112
4.2. Considerações sobre a Desconconsideração Inversa da Personalidade Jurídica .....	118
5. Considerações finais .....	122
Referências .....	123

#### **5. Tutelas jurisdicionais diferenciadas:**

<b><i>apontamentos sobre a tutela provisória antecedente do novo Código de Processo Civil</i></b> .....	<b>129</b>
1. Introdução .....	129
2. Tutelas diferenciadas e sua divisão .....	131
2.1. Espécies de tutelas provisórias de urgência .....	134
3. Breves considerações sobre as tutelas de urgências provisória no novo CPC .....	135

4. A estabilização da tutela antecipatória antecedente no CPC/2015.....	137
4.1. O prazo do aditamento da petição inicial e a inobservância da celeridade e economia processual .....	138
4.2. Apontamentos quanto ao trânsito em julgado da tutela estabilizada .....	139
4.3. Impugnação da tutela: estabilização da tutela com Agravo ou Contestação.....	142
5. Considerações finais.....	142
Referências .....	143
 <b>6. A Análise Econômica do Direito e a busca pela pacificação dos litígios: apontamentos sobre a aplicabilidade da teoria dos jogos.....</b>	<b>149</b>
1. Introdução.....	149
2. Breve histórico e conceito da Análise Econômica do Direito .....	150
3. A teoria dos jogos como estratégia de pacificação dos litígios .....	152
3.1. Jogos cooperativos e não cooperativos.....	155
4. Considerações finais.....	156
Referências .....	157
 <b>7. A tempestividade jurisdicional à luz da Análise Econômica do Direito e dos meios alternativos de resoluções de conflitos.....</b>	<b>163</b>
1. Introdução.....	163
2. Histórico e considerações sobre a Análise Econômica do Direito.....	164
2.1. A interdisciplinaridade Direito e Economia.....	166
3. A Análise Econômica do Direito e a eficiente prestação jurisdicional .....	168

4. A morosidade judicial como um dos fatores impeditivos do desenvolvimento econômico.....	171
4.1. Breves considerações sobre os dados da litigiosidade Brasileira – Justiça em número - CNJ.....	173
4.1.1. Considerações sobre o tempo médio de duração dos processos na 1ª e 2ª instância .....	175
5. Métodos alternativos de resoluções de conflitos..	177
5.1. Os índices de conciliação da justiça brasileira ..	183
5.2. Espécies de métodos alternativos de resolução de conflitos .....	184
6. Considerações finais .....	187
Referências .....	189